

FÓRUM CLIMA SALVADOR

RELATÓRIO DA APRESENTAÇÃO DO PMAMC

**“VISÃO SALVADOR RESILIENTE, DE BAIXO CARBONO,
INCLUSIVA E VERDE: DIRETRIZES PRELIMINARES PARA
CONSULTAS”**



ARTISTA PLÁSTICO: **JORGE CAMMARANO**

FÓRUM
CLIMA
SALVA
D O R

Salvador, 04 de agosto de 2020

APRESENTAÇÃO

Dando continuidade ao acompanhamento do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima de Salvador (Pmamc), ressaltando mais uma vez a condição de representantes da sociedade civil organizada, o Fórum Clima Salvador publica através deste relatório as suas contribuições e recomendações nesta etapa de elaboração das “diretrizes gerais” do Pmamc.

Este documento se soma a outras contribuições do Fórum entregues à Prefeitura, ao consórcio do Pmamc e disponibilizadas no site institucional www.forumclimasalvador.org

Criado em maio de 2020 por ambientalistas, lideranças comunitárias e cientistas, o Fórum Clima Salvador é um espaço da sociedade civil para discutir e elaborar propostas para a cidade zerar a emissão de gases de efeito estufa, se adaptar, reduzir os efeitos da crise climática. Simultaneamente, o Fórum reivindica maior espaço para a sociedade participar da construção e gestão do Pmamc, uma vez que as experiências anteriores, a exemplo do Plano da Mata Atlântica, reservaram poucas possibilidades de intervenção da população, dos grupos organizados e até mesmo de pesquisadores e institutos especializados.

Para mais esclarecimentos: forumclimasalvador@gmail.com

Para saber mais: www.forumclimasalvador.org.

Siga em www.instagram.com/forumclimasalvador

1. INTRODUÇÃO

No dia 17 de julho, a equipe consorciada responsável pela elaboração do Pmamc (composta pelas organizações WayCarbon, ICLEI e WWF) promoveu uma reunião remota pública para discutir as diretrizes gerais que orientarão as ações de Salvador, frente à crise climática global, reunidas na apresentação intitulada “Visão Salvador resiliente, de baixo carbono, inclusiva e verde: diretrizes preliminares para consultas” cuja elaboração, de acordo com o consórcio do Pmamc, se deu a partir do compilado de contribuições de diversas(os) cidadãs(os) e grupos organizados da sociedade, a exemplo do Fórum Clima Salvador.

Alguns detalhamentos são necessários para compreensão das condições sob as quais este documento foi elaborado:

- O evento de apresentação das diretrizes foi realizada no dia 17/07/2020 sob a coordenação da equipe Pmamc, virtualmente através da plataforma Zoom, durante o período da tarde. O documento foi em seguida enviado por e-mail, com prazo inicial de contribuição até o dia 22 para a sugestão de alteração no texto das diretrizes existentes, e prazo até o dia 28 para a sugestão de novas diretrizes que não estavam contempladas no documento inicial. No dia 21/07, o Fórum Clima Salvador se reuniu internamente para discutir esta primeira versão das diretrizes gerais entregue pelo consórcio. Posteriormente, fomos informados da dilatação do prazo para o dia 31/07/2020, com a inclusão de nova demanda: identificação das diretrizes que deveriam ser priorizadas;
- Não foi possível neste processo uma maior compreensão sobre como se deu o critério de escolha e eliminação de diretrizes apontadas por representantes da sociedade, ou mesmo se estas passaram pelo crivo de avaliação metodológica, considerando-se condições técnicas e/ou de estudos científicos para ratificar escolhas e exclusões.

- No dia 24/07/2020 foi encaminhado pela equipe do Pmamc um novo e-mail com o título “Esclarecimentos Pmamc” cujo item 3 trouxe a informação de que as diretrizes iniciais haviam passado por uma revisão em função da inclusão de algumas contribuições encaminhadas até aquele momento. Estas alterações foram incorporadas ao formulário virtual durante o processo de consulta. Contudo, o processo de discussão entre os membros do Fórum já havia se concluído. Foi necessário um esforço adicional pela equipe de organização deste documento para ajustar as análises a estas diretrizes já alteradas.

Diante do exposto, especialmente o pouco prazo oferecido pelo consórcio do Pmamc para que a sociedade pudesse se debruçar sobre a compilação das diretrizes, o Fórum considera que este documento está em processo contínuo de aperfeiçoamento até que o debate e as problematizações deste coletivo e de toda sociedade ganhem a maturidade desejada para o tamanho da missão. Importante também pontuar, que este documento não é resultado apenas de processos internos do Fórum, mas também de diversas escutas e diálogos com outros atores, sendo um compilado de contribuições valiosas de toda a sociedade, extrapolando as fronteiras deste Fórum.

Este documento evidencia tanto a necessidade de maior interação da Prefeitura Municipal e Consórcio do Pmamc com a população quanto a necessidade dos mesmos esclarecerem o desenho estratégico para viabilizar a mudança de paradigma que o Plano promete.

2. METODOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO

A metodologia adotada para avaliar o documento com as diretrizes gerais do Pmamc seguiu as seguintes etapas:

- Encaminhamento de correspondência eletrônica para todos os membros do Fórum convidando-os a contribuírem com as análises, disponibilizando o documento em formato de *Google Docs* a fim de facilitar a construção coletiva;

- Realização de reunião remota em 27/07/20 com os membros do Fórum a fim de discutir as diretrizes, com exposição especial de alguns cientistas e ativistas.
- Escrita do documento com as contribuições considerando as diretrizes iniciais e posterior revisão, considerando as alterações sinalizadas pelo consórcio no dia 24/07.
- Organização e sistematização das diversas contribuições recebidas no presente documento.

As diretrizes apresentadas foram organizadas pelo consórcio em cinco eixos, subdivididos em temas. Originalmente na reunião do dia 17/07/2020, foram listados 23 (vinte e três) temas, e na revisão foram reduzidas a 22 temas.

Segue abaixo quadro comparativo com os eixos e temas das diretrizes iniciais e modificadas:

Tabela 1 – Quadro comparativo de eixos e temas das diretrizes iniciais e revisadas

<u>EIXOS</u>	<u>DIRETRIZES INICIAIS</u> <u>17/07/2020</u>	<u>DIRETRIZES REVISADAS</u> <u>24/07/2020</u>
Planejamento Urbano	1. Uso do solo	1. Uso do solo
População e participação	2. Transversalização e integração de políticas	2. Transversalização e integração de políticas
	3. Governança horizontal e participação	3. Governança horizontal e participação
	4. Acesso à informação	4. Acesso à informação
	5. Populações vulneráveis	5. Povos tradicionais e comunidades vulneráveis
	6. Cultura	6. Cultura
	7. Educação	7. Educação
	8. [nada consta]	8. [nada consta]
	9. Saúde e bem-estar	9. Políticas públicas de bem-estar
Recursos	10. Áreas verdes	10. Soluções baseadas na natureza

Verde-Azul	11. Zona costeira	11.1 Ambiente costeiro 11.2 Ambiente marinho
	12. Serviços ambientais urbanos	12. Serviços ambientais
	13. Água	13. Água
Infraestrutura urbana sustentável	14. Transporte e mobilidade	14. Transporte e mobilidade
	15. Valoração de resíduos	15. (integrado a saneamento)
	16. Saneamento básico	16. Gestão do saneamento básico
	17. Construções sustentáveis	17. Construções sustentáveis
	18. Energia	18. Energia
	19. Drenagem urbana	19. (integrado a saneamento)
Economia resiliente e de baixo carbono	20. Economia circular	20. Consumo sustentável
	21. Setor privado	21. Setor privado
	22. Agricultura urbana	22. Agricultura urbana
	23. Turismo sustentável	23. Turismo sustentável
	24. Cidade inteligente e sustentável	24. Cidade inteligente e sustentável

A discussão e as contribuições articuladas pelo Fórum foram sistematizadas em quatro subdivisões, a saber: inadaptação às condições atuais; lacunas e/ou críticas nas diretrizes apresentadas; comentários específicos por tema e definição de diretrizes prioritárias.

3. DISCUSSÃO E CONTRIBUIÇÕES

3.1 INADAPTAÇÃO ÀS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ATUAIS

Parece importante ressaltar que, para praticamente todos os eixos de diretriz no quadro acima, já há claramente uma inadaptação da cidade às condições atuais. Nesse sentido, uma verdadeira adaptação ao clima demandaria não apenas previsão de ajustes futuros, mas de ajustes de curtíssimo prazo que atuem nos problemas atuais e já comecem a prevenir a cidade de um possível aprofundamento destes problemas nos próximos anos e décadas em função das mudanças climáticas.

Outro aspecto que parece demandar reflexão está relacionado às expectativas de criar ou reforçar a “resiliência” de sistemas sociais, ecológicos ou socioecológicos, expressas em diversos eixos e temas das diretrizes (Eixo: “Economia *resiliente* e de baixo carbono”; Temas: 1. **Uso do solo**: “Promover o uso e ocupação do solo de forma *resiliente*”; 5. **Populações vulneráveis**: “Garantir a *resiliência* climática a populações vulneráveis”; 11. **Zona costeira**: “Preservar e recuperar os ecossistemas marinho e costeiro como forma de fomentar a *resiliência*”; 13. **Água**: “estratégias de abastecimento *resilientes* com outras regiões fornecedoras de recursos”; 17. **Construções sustentáveis**: “readequação e manutenção de parâmetros de *resiliência* e baixo carbono em construções existentes”; 18. **Energia**: “Promover a *resiliência* energética do município”; 19. **Drenagem urbana**: “Requalificar o sistema de drenagem em Salvador, garantindo a *resiliência* e manutenção de serviços a toda população”; 21. **Setor privado**: “promoção da adaptação e *resiliência* climática”; 23. **Turismo sustentável**: “visando a promoção da cidade como destino internacional de baixo carbono e *resiliente*”).

Resiliência é um termo polissêmico, formulado inicialmente na física para tratar da estabilidade dos materiais (i.e., tempo necessário para voltar ao estado original de equilíbrio após uma perturbação), posteriormente reformulado na ecologia para tratar de uma dinâmica de múltiplos estados de equilíbrio em sistemas ecológicos (i.e., magnitude da perturbação que um sistema pode absorver sem que mude sua estrutura), e em seguida adotado por vários campos das ciências sociais e finalmente incorporado na prática de planejamento e gestão e no discurso político [1]. Usualmente está associado a uma interpretação da capacidade de manutenção da estrutura atual de um sistema quando submetido a um impacto. Contudo, considerando-se que os

sistemas sociais e socioecológicos atuais são claramente disfuncionais (cidade já inadaptada ao clima atual), por que um planejamento para o futuro deveria almejar a manutenção dessas características? Outro aspecto relevante do pensamento de resiliência quando associado ao tema de adaptação às mudanças climáticas têm relação com sua interpretação política: há mudança de *status quo* na transição planejada? [2]

As imagens mostradas pelo Diretor Geral da Defesa Civil, em sua apresentação na reunião virtual ocorrida no âmbito de discussão do Pmamc ocorrida em 28 de julho, ilustraram que Salvador é uma cidade carente de infraestrutura e saneamento básico: estabilização de encostas, drenagem e esgotamento sanitário subdimensionados e ineficazes, coleta ineficiente de resíduos sólidos, entre tantas outras questões que se acumulam gerando impactos, inclusive transversalmente, demonstrando que não está conseguindo, já no presente, e historicamente, se adaptar ao cenário a que se submeteu. Uma rápida busca na internet por imagens de deslizamentos e/ou inundações em Salvador oferece dezenas de registros sobre este fato. Algumas delas ilustram de forma contundente o que está posto aqui. São registros dos impactos de fortes chuvas ocorridas na cidade em novembro de 2019.



Figura 1 – Deslizamento de encosta no bairro de Lobato, Salvador, em 28/11/2019.
Fonte: Correio. (Foto: Manu Dias/GOVBA)



Figura 2 – Imagem de bairro residencial que sofreu inundação em função de chuvas em 26/11/2019. Fonte: A Tarde. Foto Felipe Aruatã.



Figura 3 – A manchete que acompanha a imagem informa que “chuva arrasta lixo no bairro do Uruguai, em Salvador”. Registro em 26/11/2019. Fonte: G1 Bahia. Foto: Lourival Alves de Oliveira Junior/Arquivo pessoal.

Finalmente, a organização das diretrizes apresentadas não esclarece qual é o novo modelo de sociedade necessário para enfrentar os riscos e impactos previstos. É importante ter cuidado com as soluções de prateleira, que evitam a necessidade de redesenhos socioeconômicos; elas não têm nos levado muito longe. As ações mitigadoras e de adaptação precisam atuar nas estruturas e considerar o diálogo intersetorial e transdisciplinar, aspecto tão importante no enfrentamento dos problemas aqui apresentados. É importante também lembrar que Salvador assumiu o compromisso de zerar suas emissões de GEE (gases de efeito estufa) até o ano de 2049, algo ainda não mencionado nos documentos do Pmamc. De que forma estas diretrizes nos encaminham para cumprir esta meta? Quais outras metas ambiciosas o Pmamc pretende assumir?

3.2 LACUNAS E PROPOSTAS DE REFORMULAÇÃO NO DOCUMENTO DE DIRETRIZES APRESENTADO

Nesta análise das diretrizes foram identificadas algumas lacunas consideradas determinantes para a constituição do Pmamc, conforme apresentadas a seguir.

3.2.1 Declaração de princípios

Compreende-se que há aspectos que precisam permear toda a espinha dorsal do Pmamc em elaboração, orientando tanto as diretrizes quanto as suas ações. Priorizar as pessoas em situação de vulnerabilidade, por exemplo, é um princípio e, como tal, deve influenciar todo o Pmamc, não apenas um dos eixos. Desta forma, algumas diretrizes precisam ser alçadas à condição de princípios. Seguem algumas indicações que o Fórum considera como mais relevantes, embora não se esgotem aqui, necessitando contínua avaliação e atualização.

(a) Hierarquia e integração dos planos e secretarias

O Pmamc deve ser o plano guarda-chuva de Salvador orientando toda a política da cidade, leis e regulamentos. O PDDU, por exemplo, deve ser revisado à luz da crise climática e da inadaptação de Salvador ao cenário contemporâneo. O Plano da Mata Atlântica garantirá desmatamento zero? O Plano de Mobilidade induz à redução de viagens por carro particular? A Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur) está alinhada com as ambições do Pmamc e está reorientando os seus valores para uma cidade justa e voltada para os interesses coletivos, especialmente para os mais vulneráveis?

O principal ponto de partida para o sucesso do Pmamc é que ele seja alçado na hierarquia política e seus valores sejam assumidos como princípios que orientam as secretarias e as próprias ambições do (a) chefe do executivo.

(b) Ambiente democrático

É importante melhorar o ambiente de diálogo entre poder público e sociedade. Ambientalistas e urbanistas, em especial, por conta da histórica problemática dos mecanismos de participação e também por políticas públicas muitas vezes pouco voltadas para o interesse coletivo, no âmbito municipal e estadual, reagem com desconfiança às proposições destes planos, acreditando que existe uma lacuna entre o que está sendo planejado e os interesses da população e outra lacuna entre os bons aspectos do plano e a sua real implementação. Os atores que acompanham o dia a dia da cidade sabem, mesmo antes da chegada do Pmamc, que Salvador precisa romper com o modelo vigente de desenvolvimento que nos trouxe a esta frágil condição. Dar demonstrações no curto prazo de que não se trata de mais um plano a não ser aplicado, implementar a participação efetiva na governança do mesmo, superando tabus e medos dos gestores públicos, pode despertar a retomada da confiança da sociedade civil organizada. As

intervenções urbanísticas sempre lidarão com problemas complexos, então é esperado o conflito de posicionamentos mesmo quando o poder público imagina estar avançando bem gestão da cidade. Obras, por exemplo, são, em geral, invasivas, portanto, é crucial que os habitantes dos territórios sejam ouvidos e as decisões sejam encontradas com menos autoritarismo.

(c) Soluções baseadas na natureza

Soluções baseadas na natureza (SbN) é um conceito muito bem-vindo ao Pmamc, mas é importante que seja adotado como princípio balizador de todas as diretrizes do plano visto que tem como proposição conceber soluções para adaptação e mitigação de problemas associados às mudanças climáticas a partir de modelos existentes na natureza e tendo por objetivo a conservação dos ecossistemas e de sua biodiversidade. Desta maneira, é possível, e recomendado, contemplá-las em praticamente todos os eixos e temas propostos.

(d) Gestão baseada na ciência

É necessário fortalecer a capacidade institucional e de recursos do poder público local para gerir as demandas decorrentes das mudanças climáticas de forma transparente, promovendo avanços no conhecimento científico através de diálogos constantes com a academia viabilizando investimentos em pesquisa, gerenciando e ampliando ações de monitoramento de riscos climáticos, construindo banco de dados para acompanhamento de variáveis que permitam a avaliação das ações de mitigação e adaptação implementadas, garantindo a gestão dos riscos climáticos, a continuidade das ações e o alcance das metas estabelecidas, dentre elas o compromisso de zerar as emissões GEE de Salvador até 2049.

(e) Investimento prioritário

As comunidades já afetadas pelas fragilidades de Salvador devem ser o destino prioritário dos investimentos.

(f) Cidade Educadora

A pandemia tem sido uma grande fonte de aprendizado para lidar com as crises ambientais. Povos, tomadores de decisão e influenciadores cientes de seu papel e com leitura de cenário poderão lidar melhor com estes desafios que tratamos no Pmamc. O ensino formal, por si só, não dá conta de preparar uma sociedade para cenários inesperados e até mesmo para a conjuntura atual, sobretudo porque o indivíduo contemporâneo é moldado por múltiplos aspectos sociais e ambientais. Cidades Educadoras valorizam o ensino formal, ancestral, e vão além: são um invólucro, necessariamente transdisciplinar, de conhecimento e cultura.

3.2.2 Diretrizes associadas aos riscos

A segunda lacuna identificada no documento do Pmamc refere-se aos riscos associados às mudanças climáticas, reconhecidos na literatura [3], e que precisam estar incorporados ao texto das diretrizes:

(a) Efeitos da elevação do nível do mar e aumento de tempestades

Estes eventos causam inundações e deslocamento, erosão da costa e perda de terra, aumento da salinidade em estuários e aquíferos costeiros, elevação do lençol freático costeiro e resistência à drenagem, alteração dos sedimentos de fundo e mudança das funções dos ecossistemas costeiros, impactos sobre atividades recreativas. Salvador é classificada como uma cidade com alta exposição ao aumento do nível do mar [4]. **A diretriz relacionada à costa (11.1 Ambiente costeiro) se restringe a “promover o desenvolvimento econômico sustentável na área, preservando o ecossistema e paisagem natural”, mas não**

fica claro de que forma esta preservação irá ocorrer diante de todos os riscos aos quais a zona costeira está submetida.

- (b) Efeitos de eventos extremos sobre a infraestrutura** (e.g., tempestades, tempestades de vento, inundações derivadas de chuvas extremas, extremos de calor e seca)

As diretrizes relacionadas à infraestrutura urbana (14 a 19) não tratam especificamente dos potenciais impactos de eventos extremos sobre essa infraestrutura (talvez com exceção de 19, “Drenagem urbana”, que foi retirada na revisão das diretrizes, mas parecia encaminhar para o redimensionamento de um sistema que se adeque aos padrões de precipitação derivados das mudanças climáticas).

- (c) Efeitos de temperaturas elevadas e eventos extremos sobre a saúde** (e.g., mortalidade e morbidade relacionadas ao calor, doenças propagadas por alimento e água, doenças propagadas por vetores, doenças propagadas por inundações)

A diretriz relacionada à saúde se restringe a doenças respiratórias e causadas por vetores (9. Saúde e bem-estar foi substituída por Políticas públicas de bem estar).

- (d) Efeitos do uso de energia** (e.g., para refrigeração, para distribuição de água)

A diretriz relacionada à energia (18. Energia) não faz referência à previsão de aumento de consumo derivado da alteração do clima.

- (e) Impactos sobre turismo e herança cultural** (e.g., migração do turismo para áreas mais frescas, interação entre altas temperaturas e escassez de água no verão, erosão da costa, decorrências da redução do turismo sobre a manutenção da herança cultural da cidade)

A diretriz relacionada ao turismo e à herança cultural (6. Cultura e 23. Turismo sustentável) partem do princípio que turismo prosseguirá sendo uma atividade economicamente viável (23) e que a conscientização sobre mudança climática será capaz de garantir a manutenção do patrimônio cultural (6).

(f) Impactos sobre ecossistemas e biodiversidade urbanos

A diretriz relacionada a esse tema (10) foi alterado de áreas verdes para soluções baseadas na natureza e não antecipa as dificuldades de manutenção dos ecossistemas relacionados às atuais áreas verdes em função da alteração do clima. O texto revisado cita vagamente a biodiversidade, mas sem mencionar os impactos sobre esta biodiversidade.

3.2.3 Delimitação de marcos temporal

- (a)** A terceira lacuna se refere à inclusão de um horizonte temporal nas diretrizes. Considerando-se que há um agravamento tanto das condições climáticas quanto do cenário das vulnerabilidades da população mais sensível exposta ao risco com o tempo, é necessário que as diretrizes apresentem um horizonte temporal, para que possam ser efetivas como medidas de adaptação e/ou mitigação. Tomando-se como exemplo a diretriz que trata de requalificação da rede de saneamento básico, se esta medida não for efetivada em prazo compatível e alinhada conforme projeções consistentes baseadas em dados de aumento de demanda, sua implementação provavelmente não cumprirá o objetivo de forma efetiva.

**3.3 ALGUNS COMENTÁRIOS E SUGESTÕES DE REDAÇÃO
ORGANIZADOS POR EIXO E DIRETRIZ**

Como já mencionado, esta é uma análise preliminar do Fórum. A contribuição não passa por todas as diretrizes e também não tem a expectativa de oferecer uma versão definitiva desta etapa do Plano, ao contrário, o coletivo se dedicou a trazer alguns destaques que podem ser pertinentes para a sua consolidação. Além de completar algumas visões e trazer outras novas, buscou-se evitar alguns termos como o verbo “promover”, demasiadamente genérico, e “resiliência” para que não seja banalizada no uso.

Em negrito estão destacadas as alterações propostas no texto da diretriz para os eixos e temas a seguir:

Eixo: Planejamento urbano

1. Uso do solo

Diretriz: **Regulamentar e fiscalizar** o uso e ocupação do solo de forma sustentável e de baixo carbono **(necessário revisar o PDDU)** por meio do fomento de policentralidades econômicas sustentáveis, **dando prioridade** às áreas verdes **e espaços públicos, com atenção aos conceitos de direito à cidade, considerando como critério de priorização das ações a alta densidade dos bairros da cidade**, principalmente em comunidades, como forma de fortalecer a justiça social.

Eixo: População e participação

2. Transversalização e integração de políticas

Diretriz: **Considerando as responsabilidades que devem ser assumidas pela capital baiana, polo econômico e político, é fundamental que Salvador esteja ativa em liderar o movimento de apoio às ações de adaptação e mitigação às mudanças do clima nos municípios circunvizinhos, bem como a implementação de políticas indutoras e articuladas com outros municípios da Bahia e capitais do**

Nordeste, especialmente para a tríade água, energia e alimentos, vulnerabilidades agudas de toda a região.

3. Governança Horizontal e Participação

Diretriz: Garantir a participação e engajamento **dos mais diversos segmentos da** população soteropolitana - sociedade civil, setor privado e academia - no desenvolvimento e monitoramento de ações previstas no Pmamc de forma institucionalizada.

4. Acesso à Informação

Diretriz: Divulgar, sensibilizar e engajar a população para o acompanhamento das ações previstas no Pmamc, **bem como a participação efetiva nessas ações**, de forma transparente, **por meio de políticas claras e abertas de compartilhamento de dados com acesso a plataformas de comunicação de participação permanente**, além de criar uma base de dados ampla que permita a atualização de diagnósticos e planejamentos estratégicos para aprimoramento da ação climática. Popularizar a crise climática a partir de campanhas publicitárias e engajamento da mídia.

5. Povos Tradicionais e Comunidades Vulneráveis

Diretriz: Garantir a educação **e proteção aos riscos climáticos de** populações em estado de vulnerabilidade ou em processos de vulnerabilização por meio da diminuição da desigualdade socioeconômica, acesso a infraestruturas e participação no desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas.

6. Cultura

Diretriz: **Reconhecer o valor e agregar** os saberes ancestrais e **os conhecimentos** sobre a mudança do clima **através de ações que dialoguem com a manutenção do legado ancestral cultural da cidade** como forma da manutenção da cultura e do patrimônio histórico e humano de Salvador para toda a população e turistas, com o engajamento de artistas locais

7. Educação

Diretriz: Popularizar o conhecimento sobre a mudança do clima para crianças, engajar jovens, adultos, tomadores de decisão e servidores municipais de forma permanente em escolas – **públicas e privadas** - centros e capacitações institucionais do município. Consideramos que Cidade Educadora (visitar conceito) deve ser um princípio e tem uma atuação mais abrangente.

9. Políticas públicas de bem estar:

Recomenda-se manter a inclusão do termo “saúde” na denominação do tema, voltando a ser **“Políticas públicas de saúde e bem estar”**.

Eixo: Recursos verde-azul

10. Soluções baseadas na natureza: áreas verdes

Em função da recomendação para adoção da SbN em princípios, a sugestão é que esta diretriz seja mantida como “Áreas verdes” com especial atenção para a conservação e restauração da Mata Atlântica. Os diversos outros aspectos de soluções baseadas na natureza devem aparecer como novas diretrizes ou ações, a depender da característica.

Diretriz: **Zerar o desmatamento no município, conservar, restaurar e expandir as matas urbanas, com vegetação nativa da Mata Atlântica,**

os bosques de manguezal, a vegetação de restingas e toda a biodiversidade envolvida, inclusive adotando-as quando para executar soluções de infraestrutura baseadas na natureza, considerando a criação de corredores ecológicos em toda a cidade. Recomendamos valorizar a conexão dos terreiros de candomblé de Salvador com as áreas mais arborizadas da cidade, reconhecendo que a manutenção da natureza está conectada com a manutenção desta matriz religiosa que é indissociável dos recursos naturais.

13. Água

Diretriz: Garantir água em quantidade e qualidade nas torneiras a toda população, **sobretudo para a parcela mais vulnerável**, recuperar mananciais e represas, fomentar a conservação de matas ciliares e biodiversidade com foco **no uso racional, na conservação**, na redução de desperdício, no reuso **e na captação de água de chuva**, renaturalização dos rios, gestão integrada e estratégias de abastecimento de baixo impacto com outras regiões fornecedoras de recursos.

Eixo: Infraestrutura urbana sustentável

14. Mobilidade urbana

Diretriz: **Promover e ampliar o acesso a mobilidade urbana como um direito de todos**, a partir da melhoria da qualidade do transporte público e da mobilidade ativa, **promovendo a integração entre eles e fomentando a redução expressiva no uso de veículos individuais através de políticas de mobilidade sustentável, com priorização da acessibilidade financeira ao transporte público e com ampliação massiva das ciclovias e de corredores verdes em todos os bairros criando um microclima mais convidativo para caminhar e pedalar, diminuindo as viagens por veículos particulares motorizados**, preservando o patrimônio histórico, paisagens naturais e urbanísticas e

requalificando territórios degradados de forma integrada com outros municípios da região metropolitana.

16. Gestão do saneamento básico

As diretrizes anteriores listavam “Valoração de resíduos” e “Drenagem” separadamente. De fato, saneamento básico contempla esses dois elementos de infraestrutura mais esgotamento sanitário e abastecimento de água. Entretanto, assim como o elemento “água” foi contemplado com uma diretriz individual, considera-se igualmente necessário que os demais tenham o mesmo tratamento em função das distintas características e complexidade no encaminhamento de soluções.

Resíduos: sugere-se manter o item 15 que foi removido durante a modificação das diretrizes.

Substituir o termo “Valoração de resíduos” por “Resíduos” para tratar o tema de forma ampla, sem se limitar a ideias de fim de tubo. Incluir valoração como um dos aspectos da diretriz para os resíduos. Foi utilizada a diretriz anterior.

Diretriz: Desenvolver um sistema de gestão integrada e sustentável que garanta a valoração de resíduos sólidos como ativo econômico e social, **fomentando a redução da sua geração, o incentivo e a ampliação massiva da coleta seletiva e da compostagem, remunerando os profissionais cooperados, criação de instrumentos legais para a redução de resíduos**, melhorando formas de disposição, expandindo e aprimorando tecnologias de aproveitamento energético no tratamento, estabelecendo plataformas para efetivação de programas de logística reversa, conscientizando a população para a redução da geração de resíduos e fomentando mecanismos de mercado para economia circular e valorização de produtos recicláveis e insumos orgânicos.

Drenagem urbana: sugere-se manter o item 19 que foi removido durante a modificação das diretrizes.

Proposta de manutenção da diretriz e aproveitamento do texto anterior com inserções.

Diretriz: Requalificar o sistema de drenagem em Salvador **priorizando as soluções baseadas na natureza para mudança de paradigma, alcançando localidades ainda não contempladas, ampliando as áreas de solo permeável dentro do perímetro urbano do município, para aumentar a sua capacidade de infiltração**, reduzindo o escoamento superficial garantindo a resiliência e manutenção de serviços a toda população.

17. Construções Sustentáveis

Diretriz: Revisar marcos normativos para garantir a incorporação de padrões construtivos ambientalmente mais adequados e arquitetura bioclimática em novos empreendimentos e a readequação e manutenção de parâmetros de resiliência e baixo carbono em construções existentes, prevendo a expansão de áreas verdes em ambientes construídos **e priorização da acessibilidade de pedestres e de espaços físicos que facilitem o uso do modal bicicleta.**

Eixo: Transição para economia de baixo carbono e justa

20. Consumo sustentável:

Este tema substituiu o anterior “Economia circular”, mas compreende-se que economia e consumo são duas faces de um mesmo aspecto, mas não são a mesma coisa. Na economia está contida a forma de produção dos produtos, enquanto o consumo trata de quem vai adquirir esses produtos. Ambos os temas precisam de atenção, e, por isso mesmo, a sugestão é

que sejam colocados os dois temas: **consumo consciente e economia circular**.

21. Setor Privado

Diretriz: Criar plataforma para o fortalecimento de ações conjuntas entre o município e o setor privado, incluindo pequenos **e micro** empreendedores – **inclusive individuais** - para o desenvolvimento de soluções inovadoras e iniciativas, **valorizando as já existentes**, com foco na redução de emissões de gases de efeito estufa, na adaptação e mitigação e na geração de renda. Estimular com ações efetivas o empreendedorismo em direção à quebra de paradigmas e ao fim do *business as usual*.

22. Agricultura Urbana

Diretriz: Fomentar a **segurança e soberania alimentar saudável e livre de agrotóxicos, através de políticas próprias de incentivo e programas de capacitação permanentes**, promovendo ações integradas com outros municípios rurais, **com foco na agricultura familiar**, e o fortalecimento e expansão da agricultura urbana, **com a criação de políticas de incentivo e qualificação dos agricultores urbanos em Salvador e região metropolitana** como forma de geração de renda a comunidades, gerenciamento de microclimas e bem estar da população.

A ausência de zona rural em Salvador, e a pressão imobiliária demonstram, no entanto, pouca capacidade da cidade expandir a agricultura urbana no modelo atualmente praticado. É fundamental a capital passar a valorizar o interior e estabelecer relações mais próximas através de programas de apoio e estímulo à agricultura regenerativa.

23. Turismo sustentável

Diretriz: Desenvolver plataforma de incentivo ao turismo sustentável em Salvador, capacitando profissionais do setor para a requalificação de marcos estratégicos para atração, recepção e retornos de turistas, visando a promoção da cidade como destino internacional de baixo carbono **com a criação de programas e roteiros, com infraestrutura adequada e atrativa de cicloturismo, permitindo que visitantes possam acessar os marcos estratégicos, melhorando a acessibilidade a pedestres. Valorização da Mata Atlântica de Salvador e da baía de Todos-os-Santos reconhecendo estas áreas e sua biodiversidade como ativos para o turismo ecológico que despertará interesse especialmente de estrangeiros curiosos em conhecer ecossistemas tropicais.**

É necessária atenção especial aos rios e praias poluídas.

24. Cidade inteligente e sustentável

Diretriz: Promover o uso de tecnologias integradas e de baixo carbono que garantam maior eficiência de serviços; redução de desigualdades sociais, bem estar da população; **descentralizar a cidade e garantir acessibilidade de qualidade e pautada em transporte público e mobilidade ativa**, com manutenção de ecossistemas e desenvolvimento econômico.

3.4 CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO DAS DIRETRIZES DO PMAMC

Conforme relatado na introdução deste documento, a dilatação do prazo para colaboração com as diretrizes veio acompanhada de uma nova demanda: o consórcio abriu formulário de contribuição para a definição de quais diretrizes devem ser priorizadas no Plano.

Esta seção 3.4, portanto, complementa o esforço de cooperação do Fórum Clima Salvador na etapa de elaboração das diretrizes do Pmamc. A seguir são sugeridos os critérios a serem adotados para a priorização das diretrizes gerais, levando em consideração as demandas climáticas, os entraves sociais,

políticos e econômicos de Salvador, e o histórico da cidade na implementação de seus planos municipais.

- Atuar nos problemas presentes. Como já observado anteriormente por este Fórum, Salvador sequer está adaptada para o clima atual e das últimas décadas. Desde a ocupação desordenada da capital baiana até o momento, muito em função da especulação imobiliária ter capturado ao longo da história as políticas públicas, uma série de problemas atinge a população e indica as fragilidades urbanas que serão agravadas com a intensificação das mudanças do clima.
- Diretrizes que quebrem paradigmas. Vale lembrar que a história urbanística de Salvador contempla uma série de ações que pretensamente iriam sanar alguns dos problemas estruturais da cidade, mas a realidade demonstra que as medidas não tiveram efeito e, em alguns casos, agravaram os problemas. A canalização e tamponamento dos rios é um entre muitos exemplos, uma vez que é prática antiga do poder público e que se mantém a pleno vapor com obras em andamento. O desrespeito da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado às evidências científicas, melhores práticas internacionais de renaturalização de rios, leis ambientais e ao clamor da sociedade civil organizada, ambientalistas, Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção Bahia, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, seção Bahia, Ministério Público da Bahia e diversos laboratórios de pesquisa da Universidade Federal da Bahia, é causa da pouca crença dos ambientalistas e urbanistas com o poder público. Diretrizes e ações que rompam com os atuais paradigmas são, portanto, imprescindíveis e prioritárias para posicionar Salvador no caminho de mitigação e adaptação e isso se dá na medida em que o Plano estabelece em suas linhas a devida clareza para que a definição das ações não traga incoerências como as obras de mobilidade que, por fim, estimulam o aumento do número de viagens por carros particulares e continuam reduzindo a Mata Atlântica da cidade.

- As mudanças climáticas atingem a todos, mas de forma desproporcional, um consenso entre o Pmamc e o Fórum Clima Salvador. As diretrizes, portanto, devem priorizar ações que atendam a população em processo de vulnerabilização, aliando benefícios de adaptação e mitigação com a melhoria da qualidade de vida geral. Projetos-piloto de adaptação climática podem ser imediatamente iniciados nas comunidades mais expostas e isto pode se tornar laboratório para redesenhar as políticas públicas da cidade, menos baseadas no poder econômico, e mais voltadas, por exemplo, ao direito à moradia e à cidade.
- Priorizar diretrizes cujas ações possam ser implementadas no curto prazo. Reconhecendo o valor das melhores práticas internacionais de adaptação, precisamos, no entanto, que o plano estratégico parta do entendimento de que Salvador é uma cidade pobre, com problemas e capacidade de investimento que contrastam com outras mega cidades como Nova Iorque, Londres e etc. Portanto, a resposta de curto prazo às mudanças climáticas deve combinar ações que sejam de grande impacto (positivo) e investimento realizável. Uma política de redução do número de viagens por carro particular, por exemplo, diminui os custos de manutenção das vias, elimina a necessidade de ampliação da rede viária e efetivamente ajuda a descarbonizar a cidade. Outros exemplos: lei e decreto de desmatamento zero da Mata Atlântica de Salvador, medida que o chefe do executivo pode tomar imediatamente decretando a proteção integral de todas as áreas verdes públicas de Salvador; proibição de novas canalizações e tamponamentos de rios. Ações preventivas, portanto, evitam maiores custos futuros, como o de renaturalizar rios ou restaurar vegetação, e são viáveis no curtíssimo prazo, com um benefício extra: o poder público começa a dar o exemplo para a sociedade e assim pode iniciar, com qualidade, o debate e o engajamento sobre a crise climática, sobre a necessidade de uma cidade inteligente e inovadora. Reduziria, enfim, a lacuna entre os diversos planos municipais elaborados, discurso, e o programa de governo que é o que de fato se implementa.

- Devem ser priorizadas diretrizes e ações que contribuam tanto com a mitigação quanto na adaptação. Exemplo: uma política para os resíduos levando em conta o reaproveitamento e reciclagem, reduzindo as emissões, e que, ao mesmo tempo, remunere as cooperativas, reduzindo a vulnerabilidade social destas pessoas que prestam um enorme serviço para a cidade, até então, sem reconhecimento do poder público. Também a preservação, restauração de Mata Atlântica e arborização da cidade, diretriz que sequestra carbono e traz uma série de benefícios para a adaptação.
- Diretrizes e ações cujos benefícios desdobrem em uma série de outras vantagens complementares para a qualidade de vida na cidade. Caracterizando-se como iniciativas integradoras, nos permitem enfrentar a crise climática de forma mais consistente, como podemos ver no esquema ilustrado na Figura 4 a seguir que também apoia o item V.

MÚLTIPLOS BENEFÍCIOS DA RESTAURAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA



Figura 4 – Sistematização de múltiplos benefícios da Mata Atlântica.

- Diretrizes e ações com desdobramentos regional, nacional e global, especialmente voltadas para a tríade água, energia e alimentos, vulnerabilidades de Salvador que o Fórum Clima Salvador vem insistindo que sejam consideradas durante todo o processo de elaboração do Pmamc. Mitigação e adaptação, efetivamente, só são possíveis, considerando as redes de relação da cidade, especialmente na escala regional em que Salvador é polo econômico e político ao mesmo tempo que depende destas cidades do interior para o seu abastecimento. Induzir, por exemplo, a entrada de alimentos agroecológicos, familiares e nordestinos, promoveria uma importante medida de mitigação e adaptação a estas áreas, reduziria riscos de migração para Salvador e ainda proporcionaria alimentos de qualidade,

sem agrotóxico, para os soteropolitanos. Para este Fórum é incoerente assinar o acordo global pelo clima e ignorar a responsabilidade regional onde Salvador tem, de fato, influência para transformar e transformar-se.

4. BIBLIOGRAFIA

[1] Davoudi, S. 2012. Resilience: a bridging concept or a dead end? Planning Theory & Practice

13(2): 299–307. [526 citações]

[2] Porter, L. & Davoudi, S. The politics of resilience for Planning: a cautionary note. Planning Theory & Practice 13(2): 329–333. [526 citações]

[3] Hunt, A., Watkiss, P. 2011. Climate change impacts and adaptation in cities: A review of the literature. Climatic Change 104(1), pp. 13-49. [338 citações]

[4] PBMC, 2016: Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas [Marengo, J.A., Scarano, F.R. (Eds.)]. PBMC, COPPE - UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil. 184 p.